

Abordagem da mídia nacional em relação ao zika desinforma

(Marina Pita/Agência Patrícia Galvão, 01/04/2016) *Especialistas apontam equívocos na cobertura da imprensa brasileira sobre a epidemia e a síndrome congênita relacionada. Mídia estrangeira mostra solidariedade*

✘ Em Simpósio sobre os Direitos da Mulher, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, profissionais debruçados sobre a emergência global em razão da síndrome do zika congênita fizeram críticas às limitações e equívocos da mídia nacional ao cobrir os fatos relacionados ao tema.

Provocado pela *Agência Patrícia Galvão*, o geneticista e especialista em medicina fetal Thomaz Gollop, professor da Universidade de São Paulo, criticou as reportagens que apresentam crianças e adolescentes com microcefalia. Segundo Gollop, as reportagens subjetivamente dão a entender que os bebês que estão nascendo com a microcefalia devido à síndrome do zika congênita podem ter uma vida praticamente normal. "[A mídia precisa urgentemente retirar o termo microcefalia](#) [para os casos de gravidez com zika] e começar a falar na síndrome”.

O especialista alerta que reportagens equivocadas desinformam a sociedade sobre a real situação que as mães de bebês com a síndrome do zika congênita enfrentarão. Esta confusão sobre o desenvolvimento futuro das crianças, aliás, está retratada em algumas reportagens, em que as mães demonstram ansiedade com o momento em que seus filhos começarão a andar.

Na opinião de Sinara Gumieri, advogada da Anis - Instituto de Bioética, há uma grande diferença no enquadramento da situação na mídia nacional e na estrangeira. Enquanto os veículos internacionais estão voltados para a situação das mulheres que estão vivendo a epidemia e a emergência de saúde pública relacionada à [síndrome do zika congênita](#), os veículos nacionais estão falando sobre o vetor, os dados e a vida das pessoas com deficiência.

A diferença nas abordagens chamou a atenção a ponto de a Anis se movimentar para colocar as mulheres no foco do debate, a partir de um [plano de litígio estratégico](#) que visa garantir acesso à informação, planejamento familiar e assistência às mulheres e às crianças. A ideia é, com apoio de uma entidade parceira, apresentar uma ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para forçar o Estado brasileiro a garantir direitos constitucionais.

Thomaz Gollop e Debora Diniz, da Anis, são painelistas confirmados para o [9º Seminário Mulher e Mídia - Mídia, Zika e Direitos das Mulheres](#), que acontece em São Paulo nos dias 22 e 23 de abril.